

LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. SANTOS

# Juca Paranhos, o barão do Rio Branco



---

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2018 by Luís Cláudio Villafañe G. Santos

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Capa e cadernos de fotos*  
Victor Burton

*Imagem de capa*

*José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco*, Carlos Servi (1871-1947), óleo sobre tela, 81 × 60 cm.  
Coleção MRE/ERERIO/Itamaraty — Museu Histórico e Diplomático

*Imagem de quarta capa*

Charge de Belmiro de Almeida (1858-1935), c. 1910

*Preparação*

Cacilda Guerra

*Índice remissivo*

Luciano Marchiori

*Revisão*

Ana Maria Barbosa  
Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Santos, Luís Cláudio Villafañe G.

Juca Paranhos, o barão do Rio Branco / Luís Cláudio Villafañe G. Santos. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

Bibliografia

ISBN 978-85-359-3152-5

1. Biografias 2. Brasil – Relações exteriores – História 3. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Barão do, 1845-1912 1. Título.

18-18204

CDD-327.81

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política externa 327.81

1. Brasil : Relações internacionais 327.81

Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária – CRB-8/10014

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

[facebook.com/companhiadasletras](https://facebook.com/companhiadasletras)

[instagram.com/companhiadasletras](https://instagram.com/companhiadasletras)

[twitter.com/cialetras](https://twitter.com/cialetras)

*Para Bruno*

*¡Hijo soy de mi hijo!*  
*[...] ¡Él me rehace!\**  
José Martí, “Musa traviesa”

\* “Filho sou de meu filho! / [...] Ele refaz-me!”

# Sumário

<i>Prefácio</i> .....	II
-----------------------	----

## PARTE I: JUCA PARANHOS — NA SOMBRA DO PAI (1845-76)

1. E agora, José? .....	21
2. Em família .....	29
3. Juca Paranhos .....	36
4. Vida de estudante .....	42
5. Viagem à Europa e difícil começo no Brasil .....	53
6. O deputado Paranhos Júnior .....	59
7. Em nome do pai: <i>A Nação</i> e <i>A Vida Fluminense</i> .....	69
8. O boêmio .....	76
9. A tormentosa remoção .....	85

## PARTE II: A REDENÇÃO DO BOÊMIO (1876-1902)

10. Cônsul-geral do Brasil nos domínios da rainha Vitória .....	99
11. Paris e São Petersburgo .....	111
12. O publicista do Terceiro Reinado .....	120
13. Discutindo a abolição .....	135

14. Enfrentar a República ou aderir a ela? . . . . .	144
15. A Questão de Palmas . . . . .	161
16. Nova York e Washington . . . . .	177
17. De volta a Paris . . . . .	199
18. A Questão do Amapá . . . . .	209
19. Berna . . . . .	229
20. Berlim . . . . .	244

PARTE III: UM SAQUAREMA NO ITAMARATY (1902-12)

21. <i>Tel brille au second rang qui s'éclipse au premier</i> . . . . .	261
22. No imbróglio do Acre, no meio do fogo político do Rio, entre gente toda nova . . . . .	282
23. O Tratado de Petrópolis . . . . .	308
24. O pesadelo do Barão . . . . .	338
25. Por preguiça e hábito . . . . .	364
26. Rio Branco, os Estados Unidos e o monroísmo . . . . .	385
27. Que classe de país é este? . . . . .	403
28. O ataque surpresa contra o Rio de Janeiro . . . . .	422
29. Há muito tempo nas águas da Guanabara . . . . .	448
30. Sim, agora, morto, é que ele começava realmente a viver . . . . .	475

<i>Notas</i> . . . . .	493
<i>Fontes</i> . . . . .	511
<i>Referências bibliográficas</i> . . . . .	513
<i>Cronologia</i> . . . . .	523
<i>Árvore genealógica</i> . . . . .	529
<i>Créditos das imagens</i> . . . . .	531
<i>Índice remissivo</i> . . . . .	535

## Prefácio

Em 2010, publiquei um livro centrado na análise da relação — intrincada e extremamente rica — entre a evolução da política externa brasileira e as correspondentes transformações da identidade nacional. Como na maior parte dos Estados nacionais, também no Brasil o Estado precedeu a nação, e o aparato estatal revelou-se um elemento crucial para a invenção e consolidação do sentimento nacional. Como ressaltei naquela obra, a política externa desempenha um papel relevante — diria mesmo insubstituível — na tarefa de impor o sentimento de brasilidade como a identidade primária do conjunto de cidadãos brasileiros. Naturalmente, por sua importância para a política externa e também para o enraizamento do sentimento nacional, o barão do Rio Branco teria de ser mencionado. Para ilustrar o tema, resgatei para o título do livro — e para a abertura e fecho do texto — a anedota, que então andava um pouco esquecida, sobre a tentativa frustrada de adiamento do Carnaval de 1912 por conta da morte de Paranhos Júnior. O livro chamou-se, assim, *O dia em que adiaram o Carnaval* e, por tratar de forma pioneira o papel da política externa na construção da identidade brasileira, obteve uma boa recepção de crítica e em termos acadêmicos, com boas resenhas no Brasil e no exterior e aproveitamento em vários cursos universitários.

Alguns, contudo, entenderam que a obra tratava especificamente da vida e

obra do Barão e fui solicitado a pesquisar e publicar mais sobre José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, desafio a que atendi com muito gosto. Desde então, escrevi vários artigos sobre aspectos específicos de sua biografia e de sua atuação político-diplomática e, em 2012, ano do centenário de sua morte, publiquei um pequeno ensaio sobre as políticas de Rio Branco, *O evangelho do Barão*, saudado muito generosamente em uma resenha do professor de relações internacionais Matias Spektor como “um sopro de bom senso” nos estudos sobre o patrono da diplomacia brasileira. Naquele mesmo ano, coube-me a curadoria da exposição patrocinada pelo Itamaraty e pela Fundação Alexandre de Gusmão para marcar o centenário da morte do Barão (Rio Branco: 100 Anos de Memória), que teve lugar nos dois Palácios Itamaraty, em Brasília e no Rio de Janeiro. O trabalho de pesquisa e preparação da mostra me propiciou alguns meses de contato diário com a documentação e a iconografia relativa ao Barão preservada no Arquivo Histórico, na Mapoteca e no Museu Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, um bem-vindo acréscimo às pesquisas que já vinha desenvolvendo não somente nessas fontes.

Com esses antecedentes, animei-me a dar o passo seguinte e preparar esta nova biografia do barão do Rio Branco que o leitor ou a leitora tem em mãos. Tratava-se de um desafio difícil, na medida em que o Barão é, junto com Rui Barbosa, o personagem da história brasileira que mereceu maior número de relatos sobre sua vida e obra. Além do muito que se publicou sobre ele até 1912, duas décadas depois de sua morte surgiu uma primeira série de estudos biográficos: *Rio-Branco*, de Max Fleiuss (1931); *O Barão*, de João Lyra Filho (1936); *Dois histórias em três vidas*, de David Carneiro (1939); *O segundo Rio-Branco*, de Aluízio Napoleão (1940); e *História do grande chanceler*, de Deoclécio de Paranhos Antunes (1942), entre vários outros livros. Para as comemorações do centenário de nascimento de Rio Branco, em 1945, o Itamaraty incentivou e mesmo encomendou — como no caso da obra de Álvaro Lins — uma nova sucessão de publicações: *Rio Branco (biografia)*, de Álvaro Lins; *Rio-Branco*, de Afonso de Carvalho; *Pequena biografia do barão do Rio-Branco*, de Demóstenes de Oliveira Dias; e *Perfil de um estadista da República: Ensaio biográfico do barão do Rio Branco*, de Antônio Carlos Villaça. Destas, a biografia de Álvaro Lins se destaca pela qualidade da pesquisa primária realizada e até hoje se sustenta como referência incontornável para o estudo da vida e da obra de Paranhos Júnior. Nos dez anos que se seguiram, novas biografias foram publicadas. Entre outras, vale mencionar *Rio-Branco*, de Gilber-



to Amado (1947), e *O barão do Rio Branco*, de Mário de Barros e Vasconcellos (1954). Em 1959, a editora José Olympio apresentou o trabalho *A vida do barão do Rio Branco*, do então já renomado biógrafo Luís Viana Filho. Trata-se, sem dúvida, do trabalho mais sólido e bem escrito publicado até então. Feito o balanço da extensa bibliografia sobre o personagem, não resta dúvida de que os textos hoje considerados “clássicos” em relação à vida e à obra de Rio Branco são os livros de Lins e de Viana Filho.

A partir do início da década de 1960, a historiografia brasileira se voltou para um enfoque totalizante da história, com ênfase em seus aspectos estruturais e nas análises centradas nas vertentes socioeconômicas da realidade social. Não somente os trabalhos biográficos passaram a ser vistos com desconfiança como os próprios estudos de história política — identificados com uma certa noção de “história historizante” —, de uma forma geral, tornaram-se mais raros. Com razão, sepultou-se então determinado tipo de história política, caracterizada pela narrativa linear e teleológica em torno de uma sucessão de acontecimentos, muitas vezes desconectados dos processos de maior abrangência. Foram também postos em questão os estudos biográficos centrados na apresentação dos biografados como personagens exemplares, “formadores da nacionalidade”, sem contradições e definidos por trajetórias lineares. Como resultado direto dessas críticas, a produção de estudos biográficos escasseou.

Mais recentemente, essa ambição totalizadora e a ideia de uma “história sem sujeito”, em que a ação humana muitas vezes era apresentada como prisioneira absoluta de estruturas e processos sociais mais amplos, passou a ser criticada e iniciou-se um movimento de recuperação da feição humana da história. Tratou-se de trabalhar as tensões entre a ação humana e as estruturas sociais. Nas palavras de Chartier (1994): “O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades: as parentelas, as famílias e os indivíduos”. Esse olhar renovado sobre a história abriu espaço para o retorno dos estudos biográficos, que, aliás, têm se multiplicado no Brasil.

A história política e a história diplomática, igualmente renovadas em termos metodológicos, também voltaram à cena. Assim, os estudos sobre a vida e a obra do barão do Rio Branco seriam retomados, mas de forma fragmentada, em torno de temas específicos e, na maior parte dos casos, no âmbito de iniciativas

promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores, como no caso das obras coletivas publicadas por ocasião dos centenários da assunção de Rio Branco no Itamaraty, *Rio Branco: A América do Sul e a modernização do Brasil* (2002), e de sua morte, *Rio Branco: 100 anos de memória* (2012). Surgiram, ainda, ensaios de qualidade, como os dois de autoria do embaixador Rubens Ricupero: *José Maria da Silva Paranhos, barão do Rio Branco: Uma biografia fotográfica* (1995) e *Rio Branco: O Brasil no mundo* (2000).

A lacuna de uma nova biografia de Rio Branco, abrangente e sintonizada com a renovação metodológica da pesquisa e da escrita biográfica, ainda estava por ser preenchida. Este livro tem por objeto reapresentar a complexa e muitas vezes contraditória trajetória pessoal de Paranhos Júnior dentro do contexto das grandes transformações vividas pelo Brasil e pelo mundo ao longo dos seus quase 67 anos de vida. O momento é, certamente, propício para revisitar o itinerário e a obra política de Rio Branco, pois ao contrário da época em que proliferaram as biografias sobre o patrono da diplomacia brasileira, hoje há no país uma pujante comunidade acadêmica na área de relações internacionais. Em paralelo, assiste-se a um renovado interesse pelos estudos de história das relações exteriores.

No que se refere à pesquisa primária, vale dizer que os fatos e documentos mais representativos permanecem, em grande medida, os mesmos utilizados pelas biografias anteriores mais bem trabalhadas, ainda que — convém enfatizar — o presente texto tenha recuperado documentos até agora inéditos ou mal explorados. O Arquivo Histórico do Itamaraty é, de longe, a maior fonte dos documentos que alimentaram esta investigação. A cuidadosa releitura dessas fontes permitiu realçar alguns elementos não abordados, por diversas razões, em biografias anteriores. Durante a pesquisa, surgiram ainda alguns novos documentos que iluminaram pontos específicos ou deram ensejo a novas interpretações.

Na medida em que as biografias falam sobre seus biografados e suas épocas, mas também sobre a visão de mundo prevalecente no momento em que são escritas, o presente texto difere substancialmente dos trabalhos publicados ao longo do século passado. O Brasil e o público leitor de hoje são muito distintos daqueles de 1945 e 1959 (para restringir-me às biografias “clássicas”). As interpretações serão necessariamente diversas, incorporando temas e o olhar do momento em que se relê a vida e a obra do biografado. Muitos elementos de ordem moral, de costumes ou mesmo da cosmovisão prevalecentes durante a vida de Rio Branco,

e que em meados do século passado ainda estavam suficientemente próximos da vivência do leitor ou da leitora de então, hoje podem beneficiar-se de alguma contextualização para facilitar a quem lê a tarefa de relacionar-se empaticamente com os sentimentos pessoais, as preocupações e os dilemas morais que enfrentou ao longo de sua vida um personagem nascido em 1845 e criado em um ambiente social determinado.

Do mesmo modo, a abordagem biográfica evoluiu, e hoje, sem que se perca o que de genial e meritório exibiu o biografado, já não se admitem narrativas que pretendam projetar personagens exemplares com o intuito, às vezes explícito, de servir de inspiração e modelo e, assim, contribuir para a construção da nacionalidade. Tampouco resiste hoje o que Pierre Bourdieu (1996) chamou de “ilusão biográfica”: personagens planos cujas principais características sociais, pessoais e de caráter seguem praticamente inalteradas ao longo de toda a sua trajetória pessoal, a despeito das influências e dilemas de cada momento. O percurso de uma vida não se esgota em uma única representação, uma identidade fixa que já se anuncia na infância e se desenvolve linearmente, livre de contradições, avanços, hesitações, recuos ou mesmo momentos em que essa identidade pessoal é reinventada. Para Bourdieu, o elemento que costura esse enredo é o nome próprio, para ele “o atestado visível da identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais”. No caso de nosso biografado, nem mesmo essa referência é perfeitamente estável. Ao contrário, ele nasceu José Maria da Silva Paranhos Júnior e tornou-se sucessivamente Juca, Juca Paranhos, Paranhos Júnior, Paranhos, barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Rio Branco e, finalmente, ficaria para a posteridade (mas assim reconhecido ainda em vida) como o Barão, por antonomásia, não apenas um dos inúmeros barões do Império, mas o Barão por excelência.

Não se justifica, portanto, a imagem criada por Constâncio Alves, e depois insistentemente repetida, de um personagem que já estava “pronto” desde o início, “um rio subterrâneo” quando ainda era um desconhecido, ou mesmo em sua remota infância, com as mesmas características pessoais e políticas que exibiria na etapa final de sua vida. Constâncio Alves, comparando a etapa da vida de Paranhos anterior à divulgação do laudo sobre a disputa de Palmas à notoriedade e aos momentos de glória que ele viveria depois, afirmou que “nos dois lances do

seu caminho, embora em terrenos diversos, é a mesma linfa que corre”. Naturalmente, não foi esse o caso. Nem poderia ter sido, pois, em sua humanidade, Rio Branco não se distingue de nenhum de nós, e todos estamos cotidianamente nos reinventando em alguma medida. Contudo, sua trajetória pessoal foi, não há dúvida, única e extremamente interessante, e sua obra política, extraordinária, razão pela qual merecem ser estudadas e discutidas, inclusive porque sua atuação político-diplomática e sua vida fascinante são o mote para iluminar um longo e importante período da história brasileira, do Segundo Reinado à consolidação da República Velha. Ainda que o presente texto esteja centrado na trajetória do biografado, não seria possível entendê-lo fora de suas circunstâncias e do momento de extrema complexidade em que ele viveu e atuou politicamente. Assim, foi realizado um esforço para, sem perder o foco na trajetória de Rio Branco, contextualizá-la em relação às transformações por que passavam o Brasil e o mundo.

Este texto está destinado ao público em geral e, portanto, não me servi de notas de rodapé para referenciar citações, pois seriam em número excessivo e perturbariam o fluxo da leitura. As referências aos trechos citados poderão ser facilmente encontradas pelo leitor especialista nas diversas obras da bibliografia, muitas delas repetidas em vários livros ou em documentos de acesso público e fácil. Incluí um número limitado de notas não remissivas para facilitar a tarefa de quem queira identificar as fontes. Ainda que encontráveis em fontes secundárias, durante a pesquisa para este livro busquei, sempre que possível, confirmar as citações na documentação ou nas fontes secundárias originais, conforme o caso. As transcrições mais difíceis de serem identificadas, em especial os artigos de jornal, tiveram a fonte indicada no corpo do próprio texto.

Naturalmente, ao tratar de um período importante e relativamente longo da história brasileira e mundial e em cada um dos episódios mais relevantes da trajetória pessoal de Rio Branco, este trabalho aborda temas para os quais a historiografia reserva múltiplas interpretações e, em alguns casos, debates acirrados. Não poderia, em um trabalho biográfico — em benefício da fluidez da leitura e da estrutura da narrativa —, dar conta dessas discussões e dos distintos pontos de vista para cada caso. Adotei as interpretações que me parecem mais convincentes e mais bem articuladas e, em muitos pontos, avancei minhas próprias ideias, que em alguns casos se chocam com as explicações e a narrativa geralmente aceitas. A discussão acadêmica fica reservada para os fóros e publicações técnicas, com as referências e demonstrações que se façam necessárias.

Incorri em inúmeras dívidas no longo processo de pesquisa e preparação deste texto, e agradecimentos sempre serão incompletos. Não posso deixar, contudo, de registrar o carinho e a cumplicidade intelectual de minha esposa, Sabrina, e desculpar-me pelo muito tempo que roubei dela e do pequeno Bruno, a quem dedico este trabalho. Uma palavra de gratidão também para meu irmão Luís Paulo, com quem discuti o manuscrito e cujas sugestões foram acatadas. A elaboração do livro contou com o apoio inestimável da Biblioteca Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, na sede do Itamaraty em Brasília, desde suas amáveis e competentes bibliotecárias, Madalena de Abreu Ribeiro, Jaqueline Campelo Moretti e Lúcia Teixeira Lemme, até os estagiários Artur, Flávio, Helena, Márcio, Rômulo, Tiago, Diego, Alexandre, Lucas, Márcio, Claudiane, Marianna e Alessandra, que me atenderam quase diariamente com paciência e dedicação nos dois anos e tanto que tomaram a redação deste livro. Meu muito obrigado a todos. Pouco poderia ter avançado sem o apoio do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) do Itamaraty, no Rio de Janeiro, a cuja competente equipe muito agradeço, com uma menção especial ao carinho e ao entusiasmo contagiante de sua então coordenadora de pesquisa e documentação, minha querida amiga Maria do Carmo Strozzi. Reconheço ainda minha dívida de gratidão para com as equipes do Arquivo Histórico, da Mapoteca, do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty e dos demais arquivos que consultei.

Uma palavra final de agradecimento ao cuidadoso trabalho de edição de Heloisa Jahn, que suavizou o texto, aprimorou a linguagem e me fez reformular muitas passagens menos claras. Naturalmente, essa inestimável ajuda, como a de todos os demais, não me exime da responsabilidade pelas eventuais falhas e lacunas do texto.

Brasília, agosto de 2014/novembro de 2016

PARTE I

JUCA PARANHOS — NA SOMBRA DO PAI

(1845-76)

## I. E agora, José?

Era uma bomba. Ao identificar o nome da remetente, José Maria adivinhou que aquela carta que havia atravessado o Atlântico desde Paris no último paquete daquele final do ano de 1872 vinha recheada de recriminações e lhe despertaria emoções contraditórias. Precisava manter a calma. Hesitou. Não se decidia entre romper o lacre do envelope ou simplesmente queimá-lo sem se dar ao trabalho de ler o que dizia a ex-amante. Acabou por abrir a correspondência. Antes mesmo de examinar o conteúdo, simplesmente sentir o perfume do papel timbrado com o monograma “MPS” já lhe causou um torvelinho de recordações boas e más: o sorriso tímido, os olhos negros em contraste com o rosto pálido emoldurado pelos cabelos castanho-claros, a lembrança do volume do corpo da moça nas pontas dos dedos, ela nua no palco, os dois se amando, os comentários invejosos dos amigos sobre mais essa conquista, as fofocas maldosas na corte sobre o *affaire* e, enfim, o peso da desaprovação do poderoso visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, seu pai.

No íntimo, Paranhos Júnior reconhecia que o pai tinha razão. Aquela aventura não podia ser mais inadequada e havia chegado longe demais. Uma loucura que só contribuía para reforçar sua fama de boêmio incorrigível, que tanto queria mudar. Em breve, passada a intemperança da juventude, seu lugar na sociedade

estaria assegurado e os pequenos deslizes seriam rapidamente esquecidos. Por enquanto, as luzes do palco do Alcazar, as alegres noites do Rio de Janeiro, os amigos menos convenientes e as desejadas amigas inconvenientes das madrugadas, tudo permaneceria onde estava, sem contaminar sua vida e seu futuro. Marie precisava aprender a manter-se em seu lugar, que ela bem conhecia. Essa era, afinal, a regra de ouro do Império: cada indivíduo sabia reconhecer sua situação na ordem das coisas e se conformava com o que o destino lhe reservara. Do imperador aos escravos, a sociedade estava escrupulosamente dividida: nobres e plebeus, bacharéis e analfabetos, senhores e escravos, ricos e pobres, homens e mulheres, moças de boa família e raparigas de má fama, brancos, mestiços, índios e negros. No fim das contas, aquela civilização estava alicerçada na hierarquia: cada indivíduo e cada família deviam ter bem claro o papel que lhes estava destinado e aceitá-lo, pois, com a graça de Deus, a posição de cada um neste mundo vinha definida desde o berço.

É certo que as bênçãos do Senhor se manifestam de diversas maneiras, e algumas pessoas, naturalmente, terminam mais bem aquinhoadas pela sorte do que outras. O destinatário da carta, ao contrário da própria Marie, parecia estar entre os eleitos pela fortuna. O porvir não poderia parecer mais risonho para José Maria da Silva Paranhos Júnior no fim do ano de 1872. Filho do presidente do Conselho de Ministros — portanto, do primeiro-ministro, o maior nome do governo, depois do imperador —, José Maria recém iniciara seu segundo mandato como deputado por Mato Grosso, província representada no Senado pelo seu pai, senador vitalício desde 1863. Ainda que a vitória fosse certa, na então recente campanha eleitoral pela reeleição o herdeiro do visconde do Rio Branco até se dera ao trabalho de viajar ao interior do país para visitar, pela primeira vez, aquele rincão que vinha representando na Câmara Baixa desde 1869 e cabalar em pessoa o voto dos 138 eleitores que escolhiam, em última instância, os dois representantes da província na Câmara dos Deputados.

O voto censitário facilitava as campanhas políticas. Para começar, só aqueles cujos rendimentos excedessem os 100 mil-réis anuais estavam habilitados a votar. Os eleitores de uma determinada paróquia — apenas do sexo masculino e que atendessem a outras exigências além da renda — reuniam-se e elegiam seus representantes, os eleitores de comarca, e a estes cabia eleger os deputados gerais. Nas duas instâncias, a influência do governo e do imperador mostrava-se decisiva, pois, entre outras coisas, cabia a d. Pedro escolher os presidentes das províncias,



e os poderes públicos locais não deixavam de pesar nas decisões tomadas nas etapas que levavam ao sucesso de uma candidatura a deputado. Na prática, esse sistema resultava em um parlamentarismo “às avessas”. Uma vez que o imperador decidisse o nome do primeiro-ministro, convocavam-se eleições, nas quais, de um jeito ou de outro, o partido do novo chefe de governo acabava sempre majoritário. Ainda assim, a primeira eleição de José Maria para a Câmara dos Deputados fora ainda menos trabalhosa. Naquela ocasião, não tinha sido necessário nem mesmo que o candidato saísse do Rio de Janeiro para buscar os votos mato-grossenses. Bastou o prestígio paterno e o rebento foi eleito para representar uma província onde jamais pusera os pés. Então, depois de os caciques do Partido Conservador aprovarem o lançamento do nome do filho do visconde para deputado pelo Mato Grosso, e não pelo Rio de Janeiro, pretensão inicial do neófito político, o então ainda candidato a deputado chegou a comentar ironicamente com seu amigo Francisco Luís da Veiga: “Veremos se a província de Mato Grosso quererá *ter a honra* de eleger-me...”.

Ainda que a reeleição fosse certa, não havia por que melindrar os chefes políticos da província. Assim, atendendo à determinação do patriarca, o jovem deputado fora ter com seus eleitores para assegurar a recondução à Câmara. Para o visconde, além do gesto simpático para com a província que ele representava no Senado, a viagem do herdeiro político facilitou a tarefa de embarcar a inconveniente Marie Philomène Stevens em um navio com destino à Europa. Para o pai zeloso, a providência se justificava: o filho ficaria afastado em definitivo da péssima influência daquela atrevida aventureira chegada da Bélgica para “fazer a América” no Rio de Janeiro. Mesmo que as pequenas transgressões fossem perfeitamente toleráveis para um rapaz, passava da hora de pensar em um bom casamento para o primogênito, já com 27 anos. José Maria deveria casar-se com uma jovem donzela de alguma das famílias tradicionais do reino, uma união que consolidasse de uma vez por todas os Paranhos no seio da alta sociedade do Império. Além de um sobrenome tradicional, a esposa ideal aportaria um dote polpudo e, no futuro, uma considerável herança em terras e escravos — um engenho de açúcar ou uma fazenda de café — ou, quando menos, uma fortuna expressiva. Os Paranhos ostentavam poder e prestígio, mas não possuíam propriedades ou capitais que garantissem às gerações seguintes da família a manutenção da posição social que desfrutavam. Depois da morte do visconde, seu título nobiliárquico e a renda recebida pelos cargos que ocupava no Estado não

seriam legados aos filhos. Feitas as contas, o poder — para o terror de quem o detém — sempre acaba por revelar-se transitório e precário.

O destino de José Maria estava traçado: a segunda geração dos Paranhos na corte carioca consolidaria, pela política e por um bom casamento, a extraordinária ascensão social do visconde do Rio Branco. Com a morte do pai, Paranhos Júnior, mesmo sem herdar o título de visconde, receberia o bastão de patriarca da família, com toda a responsabilidade decorrente, não só sobre seus descendentes diretos, como também sobre os irmãos, tios, primos e sobrinhos e todos os outros agregados. No tempo do Império, tanto a política como as relações pessoais giravam em torno das unidades familiares estendidas e, dentro de cada família, como na sociedade em geral, obedecia-se a uma hierarquia clara. O primogênito do poderoso primeiro-ministro do Império brasileiro, herdeiro da chefia de um clã ainda em consolidação, não teria como escapar de suas responsabilidades.

Aliás, naquele momento ninguém apostaria em uma hipótese alternativa. A carreira política de José Maria Júnior afigurava-se extremamente auspiciosa. Na legislatura anterior, encerrada pouco antes, ele chegara a assumir o cargo de segundo secretário da Câmara e, com sua atuação nos bastidores, ajudara o visconde a conseguir a aprovação da Lei do Ventre Livre, vencendo a resistência dos “emperrados”, a ala mais reacionária do partido de ambos, o Conservador. Além de deputado, o rapaz firmava-se como jornalista, vocação que trazia como mais um predicado da herança paterna. Com seu amigo Gusmão Lobo, editava o jornal *A Nação*, combativo porta-voz dos conservadores, um leão na selva da imprensa carioca. Ademais, seguindo outra vez o exemplo do pai, cujo êxito devia muito a seus contatos e ao prestígio na maçonaria, o jovem deputado fora aceito na Loja Maçônica do Rio de Janeiro.

O que poderia representar aquela aventura — uma relação que datava de menos de um ano com uma corista secundária de uma casa de espetáculos pícaros — diante do futuro brilhante que se abria para ele? O que dizer de uma jovem chegada da Europa havia um par de anos, sozinha, solteira e sem família no Brasil, e que desde então se exibia, desinibida, nos palcos de um cabaré? Não era de estranhar que confundissem a belga com as muitas francesas e polacas de má fama que vendiam os corpos para sobreviver...

Mesmo assim, a carta de Marie, ainda por ser lida, nas mãos de José Maria, que divagava, causou-lhe uma terrível sensação de insegurança.

Não se comunicava com a namorada desde a partida do Rio de Janeiro para

a campanha política no Mato Grosso. Podia adivinhar que a carta continha um rosário de queixas contra o pai, e de cobranças pelas promessas e pelos sentimentos em suspenso desde a separação. Pouco poderia fazer, afinal. A decisão paterna era irrevogável e indiscutível: não havia como juntar mundos tão distantes quanto os deles. Em todo caso, José Maria esperava penosos protestos e lamúrias.

A despeito de todas essas certezas, não estava preparado para a novidade que encontraria na cartinha escrita em francês. De Paris, Marie lhe comunicava sua gravidez, àquela altura já avançada.

José Maria ia ser pai.

A notícia caíria como uma bomba no colo do primeiro-ministro: um neto bastardo, e logo do primogênito e sucessor na política e na chefia do clã. Ele próprio filho ilegítimo, o visconde do Rio Branco percorrera um longo caminho para alcançar o poder e o prestígio, mas ainda lhe faltava um elemento indispensável para a consagração de seus descendentes no rol das famílias tradicionais do Império: uma ascendência ilustre. A gravidez da amante do irresponsável Juca punha em risco esse objetivo. Vencera todos os obstáculos desde a partida da Bahia, ainda adolescente, pobre e sem protetores, para tornar-se um caso extraordinário de ascensão naquela sociedade rígida. Porém somente pelo casamento de seus filhos a família Paranhos poderia passar a contar com ancestrais que iguallassem o clã às grandes linhagens brasileiras. O visconde não lhes poderia legar algo que nunca tivera. Seus pais jamais haviam estado unidos pelo matrimônio e, com a morte prematura do pai, a casa materna afundara na pobreza. A despeito desse início desfavorável, havia superado todas as dificuldades e se tornara o visconde do Rio Branco, primeiro-ministro do Império. Fizera sua parte. A responsabilidade de associar os Paranhos às grandes famílias do reino pelo casamento cabia primordialmente a José Maria Júnior.

Os Paranhos provinham da região do Porto, em Portugal, de uma família de comerciantes e militares que, conquanto não fossem ricos, tinham boa situação financeira. Os irmãos João e Agostinho emigraram para o Brasil no início do Oitocentos a convite de um tio, o capitão-mor Antônio da Silva Paranhos, e fixaram-se na Bahia. Em 1811 nasceu o primeiro filho de Agostinho, batizado com seu nome. A mãe do recém-nascido, Josefa Emerenciana Barreiros, estava então separada de João da Silva Telles, um português com quem tivera dois filhos, já

falecidos. Agostinho e Josefa geraram mais dois filhos: Antônio, em 1818, e José Maria, em 1819. O caçula seria, décadas depois, o visconde do Rio Branco. De acordo com os parâmetros da época, os três filhos de Josefa Emerenciana, ainda que frutos de uma longa relação com Agostinho, foram inapelavelmente concebidos fora do casamento, pois, a rigor, o pai continuava solteiro e a mãe ainda era casada com outro homem.

No seu leito de morte, em 1822, Agostinho afinal reconheceu os filhos, mas a partir daí iniciou-se uma longa luta por seu espólio, entre Josefa Emerenciana e João, irmão de Agostinho. A mãe do futuro visconde do Rio Branco ainda concebeu outra filha fora do casamento, Maria Luísa, com o então juiz de órfãos Luiz Paulo de Araújo Bastos (depois visconde de Fiais), mas empobreceu em razão da disputa com o cunhado e da vida desregrada do primogênito, Agostinho, de cujo destino posterior não se tem notícias. Depauperada, para sobreviver Josefa Emerenciana passou a depender da ajuda do irmão, Eusébio Barreiros, que desde as lutas pela independência seguira bem-sucedida carreira militar. Com a ajuda desse tio materno, em 1836 José Maria foi enviado para o Rio de Janeiro, para estudar na Academia de Marinha. O irmão Antônio seguiu a carreira militar no Exército e, depois de combater a Sabinada na Bahia, seguiu com a tropa para o Rio Grande do Sul. A morte de Josefa Emerenciana, três anos depois, pouco deixou para os filhos. Para José Maria, uma escrava, Faustina, com a condição de que pudesse comprar sua liberdade por 225 mil-réis.

No Rio de Janeiro, José Maria concluiu com sucesso a Academia de Marinha; em 1840 obteve a promoção a guarda-marinha. Em 1842, pouco antes de graduar-se como tenente, casou-se com Teresa de Figueiredo Rodrigues de Faria, irmã de um colega da academia. A noiva contava pouco mais de treze anos. A idade reduzida da moça não fugia aos padrões da época. O casal viveu um matrimônio duradouro e feliz e teve nove filhos: José Maria da Silva Paranhos Júnior, Maria Luísa, Amélia Agostinha, Augusta Amélia, Luísa (falecida aos dezenove anos), Maria Honorina (que não chegou a completar seu primeiro ano de vida), João Horácio, Pedro Maria (falecido aos treze anos) e Alfredo (morto aos vinte).

Em uma sociedade na qual o poder estava nas mãos dos latifundiários e dos bacharéis em direito, o jovem tenente de Marinha com pendor pelas matemáticas buscou caminhos alternativos. Depois de ingressar na maçonaria, aproximou-se das lideranças do Partido Liberal. Atuou também no jornalismo. Em 1844, estreou na imprensa como redator do jornal *O Novo Tempo*, porta-voz dos liberais.

A carreira política no partido progrediu rapidamente e Paranhos galgou posições no governo da província do Rio de Janeiro, tendo sido eleito para a Câmara provincial em 1845. Associou-se ao poderoso visconde de Sepetiba, Aureliano Coutinho, então presidente da província. Essa proximidade com Sepetiba lhe valeu a alcunha claramente depreciativa de “Caixeiro do sr. Aureliano”, mas também a eleição, em fins de 1847, para deputado-geral pela província do Rio de Janeiro, na brevíssima 7ª Legislatura, que mal chegou a se reunir. A Câmara foi dissolvida e o Partido Conservador voltou ao poder. Derrotados os liberais, Paranhos afastou-se temporariamente da política e, para garantir o sustento da família, abraçou o magistério em setembro de 1848. Manteve sua participação no jornalismo como redator do *Correio Mercantil*, ligado aos liberais, e, mais tarde, do *Jornal do Comércio*, órgão menos diretamente partidário. Neste último, foi responsável pela coluna “Cartas a um Amigo Ausente”, em que defendia uma posição mais ativa do Brasil no Prata, em oposição ao caudilho argentino Juan Manuel de Rosas, em sintonia com o que propagavam os conservadores. A prédica de Paranhos atraiu a atenção de Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde (depois marquês) do Paraná, líder conservador designado plenipotenciário no rio da Prata. Apesar de ainda ligado ao Partido Liberal, o jornalista acabou convidado para secretário da missão e aceitou a oferta — um pequeno escândalo, numa época em que trocar de partido era extremamente incomum e malvisto. É célebre a frase atribuída a Paranhos em resposta ao convite de Honório Hermeto: “Com vossa excelência irei até para o inferno!”. Não se sabe se esse arroubo de entusiasmo corresponde aos fatos ou se trata de maledicência difundida pelos liberais, decerto irritados com a traição. A verdade é que o “Caixeiro do sr. Aureliano” mudou de partido e de protetor.

A partir daí, Paranhos iniciou brilhante carreira no Partido Conservador. Com o sucesso da missão no Prata, passou à condição de protegido do visconde do Paraná e acabou nomeado, aos 33 anos, ministro (equivalente, hoje, a embaixador) em Montevideú. Com a ascensão de Honório Hermeto à chefia do Gabinete de Ministros, em 1853, Paranhos tornou-se ministro da Marinha (de 1854 a 1855) e em seguida ministro dos Negócios Estrangeiros (1855-7). Chegou a acumular as duas pastas entre 1856 e 1857. Nesse último ano recebeu o encargo de chefiar uma missão no Prata. Retornou ao ministério como ministro dos Negócios Estrangeiros (1858-9), sendo depois alçado à chefia do Ministério da Fazenda (1861-2). Em 1862, o imperador recompensou seus serviços escolhendo-o para o

Senado vitalício como representante da província de Mato Grosso, cargo em que foi empossado em maio do ano seguinte. Entre 1868 e 1870 assumiu novamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, e entre 1869 e 1870, na qualidade de chanceler, voltou ao Prata para reorganizar o governo paraguaio durante a ocupação do país pelas tropas brasileiras. Essa trajetória impressionante teve seu ápice em 1871, quando o imperador lhe confiou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, transformando-o, com isso, em primeiro-ministro e chefe do governo. O gabinete Rio Branco se estendeu até 1875; foi o mais longo e certamente um dos mais importantes de todo o período monárquico. Sua gestão ficou marcada pela aprovação da Lei do Ventre Livre, que libertou os filhos de escravas nascidos a partir de sua promulgação.

O visconde do Rio Branco figura como um dos grandes protagonistas da vida política brasileira daqueles anos do auge e do início da decadência do Segundo Reinado. Ainda assim, a despeito de todo o seu brilho como estadista e diplomata, o visconde carecia dos elementos que verdadeiramente sustentavam o poder naquela sociedade, pois não possuía terras ou escravos e nem mesmo capitais do comércio. Seus empregos no Estado garantiam-lhe vida confortável, mas a política, na época, não produzia grandes fortunas. Tampouco ele podia exibir laços de sangue com alguma família tradicional. Ainda que desfrutando de uma existência desafogada, plenamente integrados ao núcleo de poder do Império e cercados de prestígio, decerto não escaparia aos Paranhos a fragilidade de sua posição social quando as faculdades do patriarca viessem a falhar. Ninguém terá sofrido com mais agudeza a angústia dessa situação ambígua e algo precária da família do que o primogênito José Maria, sucessor natural do patriarca e de quem muito se esperava.

Como poderia o visconde admitir que uma pequena aventureira belga se interpusse na trajetória de consolidação dos Paranhos entre as grandes linhagens do Império? A confirmação da paternidade de um filho bastardo já seria um possível empecilho para a união de Paranhos Júnior com as herdeiras de muitas famílias tradicionais. Reconhecer a criança seria desastroso. O casamento do primogênito e sucessor com uma corista de cabaré prefigurava-se algo inimaginável.

E agora, José Maria?